

“EM VOLTA DE UMA GREVE”: OS GRÁFICOS DO JORNAL *O AMAZONAS* E O SURGIMENTO DO PERIÓDICO *A UNIÃO* (1914)

Luciano Everton Costa Teles¹

Recebido em: 16/03/2024

Aprovado em: 01/05/2024

Resumo: O texto que ora é apresentado busca entender a greve dos gráficos do jornal *O Amazonas*, em especial o seu contexto, e a emergência do jornal *A União*, seu significado e características. Sobre as fontes utilizadas na pesquisa, lançou-se mão, de forma central, da imprensa operária, sobretudo do jornal *A Lucta Social*, que registrou e se posicionou sobre a greve em tela. E, claro, d'*A União* que surgiu pelas mãos dos grevistas demitidos e serviu de instrumento para a formulação de críticas sociais e denúncias voltadas ao patronato, em especial aos donos da folha *O Amazonas*.

Palavras-Chave: Imprensa Operária; Gráficos; Greves; Amazonas.

“AROUND A GREVE”: THE GRAPHICS OF THE NEWSPAPER *O AMAZONAS* AND THE EMERGENCE OF THE PERIÓDICA *UNIÃO* (1914)

Abstract: The text presented here seeks to understand the printing strike of the newspaper *O Amazonas*, especially its context, and the emergence of the newspaper *A União*, its meaning and characteristics. Regarding the sources used in the research, we used, in a central way, the workers' press, especially the newspaper *A Lucta Social*, which recorded and took a position on the strike in question. And, of course, *A União*, which emerged at the hands of the fired strikers and served as an instrument for formulating social criticism and denunciations aimed at employers, especially the owners of the newspaper *O Amazonas*.

Keywords: Workers' Press; Graphics; Strikes; Amazonas.

“EN ALREDEDOR DE UN GREVE”: LOS GRÁFICOS DEL DIARIO *O AMAZONAS* Y EL SURGIMIENTO DE LA PERIÓDICA *UNIÃO* (1914)

Resumen: El texto aquí presentado busca comprender la huelga editorial del periódico *O Amazonas*, especialmente su contexto, y el surgimiento del periódico *A União*, su significado y características. En cuanto a las fuentes utilizadas en la investigación, utilizamos, de forma centralizada, la prensa obrera, especialmente el diario *A Lucta Social*, que registró y se pronunció sobre la huelga en cuestión. Y, por supuesto, *A União*, que surgió de la mano de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como professor adjunto na Universidade do Estado do Amazonas/CEST. E-mail: lcteles@uea.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6569-5606>.

los huelguistas despedidos y sirvió como instrumento para formular críticas sociales y denuncias dirigidas a los empresarios, especialmente a los propietarios del diario *O Amazonas*.

Palabras-chaves: Prensa Obrera; Gráfica; Huelgas; Amazonas.

Introdução

O mês era agosto e o ano 1914. Os gráficos do jornal *O Amazonas* paralisaram as suas atividades na oficina tipográfica em função do pagamento irregular de seus vencimentos, que nunca chegavam completos, mas através de “pequenos vales” que não davam para as necessidades mais básicas, como moradia e alimentação. Mesmo nessa situação, os profissionais do respectivo periódico continuaram trabalhando até que decidiram pela paralisação total do trabalho.

A greve teve adesão do conjunto dos gráficos. Estes comunicaram sobre a suspensão do trabalho ao Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Amazonas que deu apoio moral e material à ação grevista, emitindo inclusive um boletim à classe dos gráficos lembrando “o dever que todos tinham de não substituir aqueles que se recusaram a trabalhar sem a satisfação dos seus ordenados” (*A Lucta Social*, Manaus, 1º set. 1914, p. 4). Com certa experiência na liderança de movimentos sociais, em especial de trabalhadores, o português anarquista Tércio Miranda, delegado da Confederação Operária Brasileira na região norte, membro da diretoria do STG/AM, sendo o seu principal animador e um de seus fundadores – ao lado de Joaquim Aspilicueta, Domingos Batista Guedes, Antônio Dias Martins, Ananias Linhares da Silva e Leonardo da Silva – e editor responsável pelo jornal *A Lucta Social*, desconfiava da ação do gerente do impresso *O Amazonas* em lançar mão de um expediente conhecido quando da deflagração de greves, qual seja: a substituição de grevistas por não grevistas e/ou por profissionais desempregados.

Miranda não se enganou, pois o diretor d’*O Amazonas* além de ter contratado o serviço do tipógrafo Augusto Reis, demitiu todos os envolvidos na greve, sem ao menos pagar os salários devidos. Como resultado dessa demissão em massa, os ex-gráficos do jornal *O Amazonas* criaram e colocaram em circulação uma folha denominada *A União* por meio da qual denunciavam de forma ferrenha a empresa Sizenando e Cia, dona do referido jornal, o gerente do periódico, o advogado que a defendia, Chauvin, e o “traidor” Augusto Reis.

O objetivo deste artigo é entender a greve dos gráficos do jornal *O Amazonas*, em especial o seu contexto, e a emergência do jornal *A União*, seu significado e características. Sobre as fontes utilizadas na pesquisa, lançou-se mão, de forma central, da imprensa operária,

sobretudo do jornal *A Lucta Social*, que registrou e se posicionou sobre a greve em tela. E, claro, d'A *União* que surgiu pelas mãos dos grevistas demitidos e serviu de instrumento para a formulação de críticas sociais e denúncias voltadas ao patronato, em especial aos donos da folha *O Amazonas*.

A greve dos gráficos do jornal *O Amazonas*: contexto histórico

A greve ocorreu no ano de 1914, um momento complicado em termos econômicos e sociais. No primeiro caso, a capital do estado do Amazonas, depois da euforia do *boom* da borracha, que forneceu as condições financeiras necessárias para que a elite extrativista e comercial pudesse pôr em prática um projeto de urbanização e modernização aos moldes da “Paris de Haussmann”, sofreu metamorfoses no seu espaço urbano. Na perspectiva da elite local era a transformação da “aldeia de taipa” em “Paris dos trópicos” (DIAS, 1999; COSTA, 2000).

Não obstante, foi no ano de 1910 que se deu a emergência de uma longa crise econômica na região amazônica em função da entrada, no mercado mundial e em quantidades consideráveis, da borracha cultivada nas colônias britânicas na Ásia (Ceilão, Malásia, entre outras), desarticulando, assim, a economia local (WEINSTEIN, 1993, p. 241-293). O ano de 1914 representa “o meio do caminho” desse processo de marginalização da economia extrativa do látex, sendo possível visualizar no cenário urbano de Manaus alguns efeitos disso.

Um dos efeitos dessa “longa decadência” foi o impacto negativo sobre o orçamento estadual, com a diminuição da receita do Estado. Além disso, existia uma “espécie de ‘colonialismo interno’ expresso na arrecadação federal, que era feita de forma voraz. Em 1910, por exemplo, 62% da arrecadação total da região foram direcionadas para a União” (SARGES, NASCIMENTO, 2011, p. 273-286). Essa limitação da receita afetou até mesmo o funcionamento adequado da máquina pública, que não parou pelo fato de frações de seus agentes continuarem trabalhando mesmo com os seus salários atrasados (em alguns casos, como o dos professores, meses de atrasos), o que não evitou que outros setores do Estado paralisassem o trabalho, como foi o caso dos trabalhadores da limpeza pública (*A Lucta Social*, Manaus, 29 mar. 1914, p. 8).

A crise também atingiu uma parcela importante das casas aviadoras, que faliu em virtude da queda na produção do látex. Portanto, a praça comercial do Amazonas foi

diminuindo em função de muitos comércios terem fechado as suas portas, experimentando o “amargor da decadência” (WEINSTEIN, 1993, p. 261).

Não se pode deixar de sublinhar também que nesse ano se deu o início de um conflito bélico de proporções mundiais. A Primeira Guerra Mundial acabou impactando a produção do sistema capitalista mundial, gerando um desequilíbrio que foi fruto do esforço de guerra que os países envolvidos no conflito tiveram que operacionalizar, em especial reorientando a produção de seus parques industriais – para produtos de guerra – e demandando de outros países produtos primários para alimentação. Nesse quadro, segundo Castellucci:

Ao incrementarem suas exportações de arroz, açúcar, batata, carnes, farinha de mandioca, feijão e milho, entre outros produtos, os países da periferia do sistema, como o Brasil, resolviam seus problemas de balança comercial, até mesmo conseguindo saldos positivos, mas o custo social disso era muito alto, pois a população sofria com os problemas relacionados à escalada dos preços dos gêneros de primeira necessidade, à escassez do pão, aos aluguéis cada vez mais caros e à falta de moradia adequada (CASTELLUCI, 2005, p. 134).

O autor realça que Salvador, por força desse quadro, vivenciou um processo de carestia de vida (CASTELLUCI, 2005, p. 134). Da mesma forma, os gêneros de primeira necessidade em Porto Alegre subiram significativamente por conta da “perturbação econômica nacional agravada pela crise mundial resultante da deflagração europeia” (QUEIRÓS, 2012, p. 113). Já na Amazônia, os efeitos da Guerra foram desastrosos, concorrendo para intensificar a crise na cidade de Manaus, o que ficou na memória dos trabalhadores que, mesmo depois do término do conflito, criticavam os elevados preços dos produtos fazendo menção ao período bélico, como se pode notar no trecho a seguir: “para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, a cada dia sobem de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!” (*Vida Operária*, Manaus, 24 fev. 1920, p. 2).

Portanto, a crise econômica associada às consequências da Primeira Guerra Mundial afetou o Amazonas, contribuindo para que a situação se agravasse de uma forma mais intensa, com falências, desemprego e carestia de vida (PINHEIRO, PINHEIRO, 2017, p. 141). O jornal *A União* sublinhou essa situação num artigo que recebeu como título “A Miséria”:

Não atinge só o operariado, manifesta-se a abrange todas as camadas sociaes, desde o pequeno industrial ao mais pobre dos habitantes da nossa urbs.
Os ricos mesmos, os grandes potentados, não estarão bem tranquilos, porque a terrível miséria segue com tanta intensidade que ameaça destruir os seus capitaes.

A guerra está horrorosa na Europa, a fome comnôscos (...) alastra-se intensamente e de um modo aterrador, ameaçando esphacelar-nos completamente.

(...)

Só bem estupidamente os preços de todos os gêneros alimentícios, desaparecem todos os recursos, o commercio deixa de vender fiado, os patrões, inclusive o Estado, deixam de auxiliar a massa popular e esta se deixará ficar assim até morrer à mingua? (*A União*, Manaus, 1º out. 1914, p. 1).

Essa passagem constitui um bom “retrato” do cenário econômico do Amazonas, particularmente no que refere ao ano de 1914. Neste ano, os gráficos do jornal *O Amazonas* passaram a receber, como foi dito anteriormente, através de vales que representavam pequenas parcelas de sua remuneração mensal. Essa forma de pagamento realizada no decorrer desse ano se mostrou insuficiente para a manutenção dos trabalhadores e de suas famílias, gerando insatisfações que, num primeiro momento, não resultou na paralisação do trabalho, mas apenas numa “ameaça”, como demonstra a passagem abaixo:

Estava a corporação gráfica deste periódico, há 6 ou 7 semanas, recebendo apenas pequenos vales, que mal chegavam para tomar uma garapa. E sem um protesto, sem um movimento de reação, o pessoal daquela casa continuava sempre trabalhando, até que no dia 29 declarou ao seu diretor, que não trabalharia mais sem que lhe pagasse. Com promessa que no dia seguinte domingo, receberiam algum dinheiro e que, na terça-feira imediata, teriam uma outra satisfação, continuaram o trabalho. Porém houve falta na primeira promessa e sendo lembrada, teve a corporação como resposta que, não se admitiam imposições.

Paralisou o trabalho e mais tarde na noite do mesmo domingo, é retomado porque o seu diretor, com palavras que muito se pareciam com o dom mais natural do crocodilo, conseguiu insinuar-se, no animo dos que tinham tomado uma resolução, que devia ser inabalável e convenceu alguns a retomar o trabalho.

Não é digno dos operários esse procedimento, porém, somos informados de que todos estão na disposição, de não trabalharem mais, se não chegarem a uma conclusão satisfatória.

Pois bem: veremos então a sua hombridade e o seu caráter... (*A Lucta Social*, Manaus, 1º set. 1914, p. 1).

A despeito das críticas elaboradas no jornal acerca da demora de uma “reação” de paralisação do trabalho – e quando esta ocorreu acabou sendo rapidamente suspensa, o que para a folha em destaque era um procedimento “não digno dos operários” – o apoio à categoria dos gráficos de *O Amazonas* continuou. Porém, esses trabalhadores não podiam “morrer à mingua”. O diretor do referido impresso não cumpriu com a sua promessa e, assim, eles paralisaram as suas atividades:

Num digno gèsto de solidariedade, a corporação gráfica do Amazonas, em virtude das falsas promessas do seu diretor, abandonou o trabalho.

(...)

Nunca em Manaus se viu tão digno ato de solidariedade. Nem um gráfico profissional, traiu os seus companheiros (*A Lucta Social*, Manaus, 1º set. 1914, p. 4).

A solidariedade dos gráficos em greve não impediu que o diretor do impresso *O Amazonas* arrebanhasse “alguém que se mantinha afastado da classe”, colocando-o, dessa forma, em circulação (*A Lucta Social*, Manaus, 1º set. 1914, p. 4). A atitude do diretor, condenada veemente pelo *A Lucta Social*, foi além, ao ponto de demitir toda a corporação gráfica do jornal. Sem emprego e sem salário, num contexto de carestia de vida, restava aos trabalhadores gráficos demitidos buscarem um novo espaço de trabalho.

O surgimento do jornal *A União*

O jornal *A União* passou a figurar no palco jornalístico de Manaus no dia 26 de setembro de 1914. O grupo que dava sustentação ao jornal era formado pelos tipógrafos que foram demitidos do jornal *O Amazonas* depois do movimento grevista. E isso eles deixaram bem claro logo no primeiro número do impresso, como podemos atestar abaixo:

Este jornal é sustentado pelos ex-operários do *Amazonas* que foram lezados pela firma Sizenando & C.

Publica-se as terças, quintas e sábados, e será vendido ao preço de 200 réis, não tendo assignantes enquanto não sahir diariamente.

Os annuncios e demais negócios poderão ser tratados na redacção, “a rua Luiz Antony, n. 30, todos os dias das 12 as 16 horas.

Acceita-se a collaboração de todos os collegas e amigos, ficando os originaes sujeitos ao julgamento da redacção. Uma vez não publicados, não serão restituídos (*A União*, Manaus, 26 set. 1914, p. 1).

Interessante observar que junto com algumas informações necessárias acerca do jornal, como, por exemplo, os dias de circulação, o valor de venda e a localização da redacção, este indica ainda quem o anima: os “ex-operários d’*O Amazonas*”. Os editores do periódico *A União* afirmavam que as suas colunas estavam reservadas para a população em geral, com a finalidade de publicar e colocar em circulação as suas necessidades, fazendo-as chegar ao conhecimento dos que “podem e devem minorar-lhes as aflicções”, em especial em momentos de crise econômica. E continua: “o nosso jornal sentir-se-á bem até quando conseguir a

sympathia e a confiança mais ampla do povo, do seio do qual vem de surgir para pleitear a sua causa e bater-se em prol dos seus interesses” (*A União*, Manaus, 26 set. 1914, p. 1).

E, nessa esteira, publicou um punhado de artigos. A título de ilustração, tem-se o artigo “As Pocilgas”:

Uma das causas que mais atrofia presentemente a população é a carestia das casas, muito principalmente os pequenos quartos – entre elles – verdadeiras pocilgas, albergue de famílias inteiras que vegetam em lares sem ar, sem luz e sem vislumbre de hygiene.

E comtudo, seus proprietários, talvez a sombra de qualquer sociedade creada para salvaguardar os interesses de muito felizardo, que acobertado pela protecção que a mesma sociedade lhe possa dispensar, não só na diminuição dos respectivos impostos, por motivo de infracção de exíguas informações à repartição competente, como também pela falta de rigorosa fiscalisação da repartição que tem a seu cargo assumpto tão importante.

É este um ponto que deveria ser bem cuidado pelas auctoridades competentes, porque não é justo que nojentas pocilgas, dignas do camartello camarário, sejam alugadas por elevados preços sem que talvez a collecta esteja de accordo com o pagamento do infeliz inquilino.

Uma revisão rigorosa feita às respectivas colletas, traria, quem sabe, um alto beneficio aos infelizes moradores de casebres insalubres, que existem na cidade e arredores, e também a própria repartição, que usufruiria as receitas que, por certo, terão passado as malhas da vigilância do município.

Além do que aqui apontamos, ainda, o município poderia prestar mais um alto beneficio a classe operária, em intimar os proprietários ou seus procuradores a mandar proceder a sérias reparações nas referidas pocilgas, melhoramentos esses que trariam beneficiamento aos locatários, e também concorreria em favor de muitos pedreiros e pintores que hoje se vêm a braços com a miséria, por falta de trabalho (*A União*, Manaus, 3 out. 1914, p. 1).

A questão da moradia não podia ser ignorada por um jornal que se colocava como instrumento de defesa do “povo”, especialmente dos trabalhadores. A precariedade e carestia dos preços das moradias nas primeiras décadas da República no Amazonas era algo notório, constava em vários jornais da época.

As transformações urbanas pelas quais a cidade de Manaus passou no auge da economia gomífera contribuíram significativamente para isso. As reformas urbanas realizadas no decorrer da última década do século XIX e início do século XX promoveram dois processos simultâneos: a valorização das áreas localizadas no perímetro urbano da cidade e a formação de um mercado imobiliário.

Portanto, de forma simultânea, o alinhamento e alargamento das ruas, a padronização das fachadas dos estabelecimentos comerciais e residenciais, a arborização e, sobretudo, a implantação da energia elétrica, do sistema de abastecimento de água, da coleta de lixo e do

transporte coletivo geraram uma valorização dos espaços atendidos por esses melhoramentos e serviços. E, na esteira desse movimento urbano, alguns grupos mercantis e políticos² passaram a investir nas áreas valorizadas e constituindo o nascente mercado imobiliário (COSTA, 2000, p. 95-99).

O Código de Postura³ foi um instrumento jurídico utilizado para a constituição desse mercado imobiliário à medida que ele reunia um conjunto de leis com a finalidade de ordenar e disciplinar o uso do espaço urbano. No que concerne à moradia, ele proibia a construção de casas de palha e taipa, casebres e quartos no alinhamento das ruas e praças da cidade. Para os que já existiam, a legislação apontava para a construção de um muro com no mínimo dois metros e meio de altura (Código de Posturas do Município de Manaus, 1890, p. 29).

Nesse cenário, aqueles que não possuíam recursos financeiros para adequar a sua moradia às exigências do Código de Posturas e que habitavam as áreas centrais da capital da borracha ou foram empurrados para áreas suburbanas⁴ ou permaneceram no centro da cidade como inquilinos⁵ pagando altos aluguéis, uma vez que essas áreas foram apropriadas pelos grupos mercantis e políticos que passaram a investir em edificações e cômodos para alugar.

Mas esse investimento não era em cômodos e quartos bem estruturados, mas sim em edificar o dito muro de dois metros e meio de altura, escondendo atrás dele as moradias precárias que os ditos investidores esforçavam-se em multiplicar com o objetivo de potencializar seus ganhos. Desse modo, pequenos quartos sem divisões com cozinhas e banheiros coletivos ficavam escondidos por trás das belas fachadas. Como afirma Costa:

Trabalhadores e pobres urbanos ocupavam uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vila e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões (...) [que] guardavam em comum o fato de serem exploradas pelo mercado imobiliário e estarem disfarçadas por belas fachadas, assépticas do ponto de vista externo (COSTA, 2000, p. 86).

Cortiços, quartos de aluguel, casas de cômodos, hospedarias, estâncias, estalagens e porões se materializaram como moradia dos trabalhadores. Estes, por meio dos jornais,

² Segundo Costa, os principais exploradores do mercado imobiliário eram os pequenos herdeiros, profissionais liberais e comerciantes portugueses varejistas, não excluindo-se a atuação do grande capital por meio de terceiros. Observar: (COSTA, 2000, p. 97).

³ Até o momento, para o período do Amazonas na Primeira República Brasileira, foram identificados os Códigos de Posturas de 1890, 1896, 1910, 1920 e 1930. Ver: (COSTA, 2000, p. 94).

⁴ A área suburbana era composta pelos bairros de Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Educandos, Vila Municipal, Plano Inclinado (Tocos), Flores e adjacências. (PINHEIRO, 1999, p. 57).

⁵ A preferência dos trabalhadores pelas áreas centrais (Espírito Santo, Remédios e São Vicente) se dava em virtude dos serviços urbanos presentes e pela proximidade do mercado de trabalho. Consultar: (COSTA, 2000, p. 98).

tornaram públicos esses problemas vivenciados. Tais problemas estavam ancorados em dois eixos principais: o alto preço dos aluguéis e as condições precárias da habitação.

A carestia de vida era outro tema presente no jornal e do “interesse do povo”. Parcos salários e altos preços dos gêneros de primeira necessidade, consoante o jornal, levavam os pobres a uma situação de miséria:

Os pobres encontram-se a braços com os maiores sacrifícios que podem imaginar, não é porque não haja o alimento suficiente para a população soffredora, pois o commercio tem em deposito grande “stoke” de mercadorias, mas sim porque falta-lhes o respectivo cobre para comprar os gêneros de primeira necessidade (*A União*, Manaus, 1º out. 1914, p. 1).

Como se pode comprovar, o jornal *A União* efetivamente trouxe em suas colunas temas relacionados aos setores populares em geral, como a alto preço dos aluguéis e gêneros de primeira necessidade, assim como informações e conteúdos do universo do trabalhador urbano. Neste ponto, o jornal veiculava datas de reuniões dos trabalhadores em seus sindicatos e questões delicadas da luta social como greves, fura-greves, etc.

Em que pese o referido jornal tratar em suas colunas dos assuntos acima sublinhados, o que motivou a sua construção e o seu lançamento na arena jornalística amazonense foi o episódio social descrito no início deste texto: a demissão de todos os trabalhadores do jornal *O Amazonas*, realizada pelo seu diretor. Ou seja, *A União* foi criada com o objetivo de tornar público o atraso de salários e a consequente demissão de todos os gráficos por terem feito um movimento grevista para tentar justamente resolver as questões salariais.

Isso o jornal deixava claro, como é possível observar no trecho abaixo:

Não pode ser mais clara a posição D’A União diante dos seus numerosos eleitores. No seu artigo programma frizou que estaria ao lado do povo, por que batalharia sem tréguas, assim como também vinha lutar pela reivindicação de um direito sagrado – o recebimento dos salários que a empresa do “Amazonas” não quer pagar a todos os operários que hoje trabalham nas officinas D’A União que de lá vieram caloteados em sete semanas e picos.

(...)

A União deffendendo os operários ludibriados por uma empresa velhaca, está ao lado do povo... (*A União*, Manaus, 10 out. 1914, p. 2).

Os gráficos que animavam *A União* fabricaram uma coluna intitulada “Com o Amazonas”, na qual pretenderam contar toda a situação de atrasos de salários, greve e demissão. Não obstante, as denúncias sobre *O Amazonas* ultrapassaram essa coluna

específica, ganhando corpo em outras partes do jornal, inclusive em letras garrafas no final da página como podemos visualizar na imagem abaixo:

Figura 1: Jornal *A União*, 8 de out. 1914.



Fonte: LHIA.

Seja como for, a indignação dos trabalhadores gráficos que deixaram a redação do jornal *O Amazonas* alimentava fortes denúncias:

Nada obstante a má vontade de alguns gratuitos inimigos chauvinescamente contrariados com a nossa atitude franca e desassombrada quando tratamos de assumptos diversos...

(...)

As dificuldades muitas vezes têm sido medonhas, quase nos fazendo recuar, mas estes ataques pequeninos, indirectos e baixos do jornalista barato do jornal das polacas, ainda não será o sufficiente para fazer ficarmos no cumprimento do nosso dever de advogar a nossa própria causa, isto é, obrigarmos a empresa do calote a pagar o produto do nosso penoso trabalho, quando por nossa desgraça para ali fomos trabalhar.

Neste firme propósito estamos até a conquista da victória, o que não se fará tardar porque o direito traz força (*A União*, Manaus, 13 out. 1914, p. 1).

Desse modo, sempre que podiam exhibiam nas páginas do jornal o nome de Chauvin, que ora era mencionado pelos editores do jornal como sócio do periódico *O Amazonas*, outrora como empregado (gerente), secretário, etc. Seja como for, ele era o responsável por

atuar nesse imbróglio. E, por conta disso, virou um dos alvos preferidos dos gráficos ludibriados:

Mão grado, somos forçados a continuar a expor deante do público sensato de Manós, as habilidades do redactor-proprietário-secretário-empregado da empresa do Amazonas, que com o maior sangue-frio e desembaraço continua a nos dever o produto do nosso trabalho que então desgraçada hora, maldicta para sempre, tivemos o infortúnio de ganhar naquella casa que onde não se paga a ninguém e onde não se respeita nem os últimos momentos de um pobre velho a quem já as portas da eternidade se lhes negou 10\$000 que mandá a buscar naquella empresa (*A União*, Manaus, 1º out. 1914, p. 2).

Como podemos apreciar, as críticas eram fortes, assim como a indignação e o sentimento de injustiça. Elas continuaram presentes nos números subsequentes do jornal. Os animadores do jornal não recuaram no propósito de propagar o que aconteceu com eles, cobrando número após número os salários não pagos.

Ao que tudo indica, angariaram apoio popular. Por outro lado, não conseguiram os seus objetivos de receber os valores devidos.

A imprensa operária no Amazonas em 1914: lideranças, imprensa e greves

O ano de 1914 não foi fácil, sobretudo em termos de poder de compra e permanência no emprego. O contexto não podia ser mais desfavorável aos trabalhadores do Amazonas. O ano em tela marcou o início de um conflito bélico mundial que gerou impactos significativos na economia amazônica, elevando o custo de vida e gerando instabilidade nas atividades comerciais regionais. E a economia gomífera continuou nesse ano o seu processo de “longa decadência”, ocasionando desempregos e baixos salários, como mencionamos anteriormente.

Entretanto, há outro componente que sacudiu ainda mais o referido ano: uma crise política fruto das disputas de grupos políticos locais. Como assinalou Araújo, a crise não era apenas resultante das “dificuldades financeiras da produção da borracha ou da questão da guerra, mas estes combinados às questões político-oligárquicas e sociais pelas quais a cidade atravessava” (ARAÚJO, 2018, p. 25).

E sobre esse último ponto, em Manaus se materializou uma disputa política entre as oligarquias Nery e Bittencourt. Essas desavenças impossibilitaram, por exemplo, uma união firme e sólida em torno da defesa da borracha na Amazônia e da diminuição do impacto da Primeira Guerra sobre a região.

Entre crises política e econômica somadas aos impactos da Primeira Guerra, os trabalhadores amazonenses procuravam se movimentar e agir sobre as suas realidades sociais de atraso de pagamentos, desemprego e baixos salários. Assim fizeram os foguistas, os gráficos do jornal *O Tempo*, os trabalhadores da limpeza pública e, claro, os gráficos do jornal *O Amazonas*.

Percebe-se que esse momento específico, o ano de 1914, é de crises e de movimentos de protestos, reivindicações e greves girando em torno de pagamento de salários atrasados e demissões. A imprensa operária local registrou esses movimentos organizados dos trabalhadores.

Algumas lideranças se destacaram nesse momento, especialmente Tércio Miranda e Manoel Arnaldo. O primeiro, como vimos, era um anarquista português que se deslocou para o Amazonas, por volta de 1912, e que se tornou delegado especial da Confederação Operária Brasileira (COB) e proprietário e editor do jornal *A Lucta Social* de 1914. Já Manoel Arnaldo era um gráfico atuante em Manaus.

Em ambos os jornais, as informações, as notícias e as análises sobre os movimentos dos trabalhadores locais eram veiculados. Tais conteúdos também reverberavam na grande imprensa da época, como o *Jornal do Comércio* e *A Capital*.

A título de ilustração, vejamos como o *Jornal do Comércio* retratava alguns acontecimentos, especialmente relacionados aos foguistas:

...chamemos atenção da autoridade competente para o facto de se despachar ou licenciar embarcações na capitania do porto por três dias, quando a viagem quase sempre excede de oito, assim só levando a bordo um machinista e dois foguistas, com verdadeiro prejuízo da classe e grave offensa ao respectivo regulamento (*Jornal do Commercio*, Manaus, 23 mar. 1914, p. 2).

Ou seja, o jornal entrava em cena reconhecendo os prejuízos causados aos foguistas em função dos desrespeitos às regras de trabalho desta categoria. Enfim, além disso, o *Jornal do Comércio*, em alguns momentos, também atuava recepcionando os trabalhadores quando estes para lá se deslocavam, como salienta Araújo: “os trabalhadores do serviço público foram ao meio de comunicação de maior alcance do período para fazerem-se ouvir sobre as suas dificuldades de sobrevivência” (2018, p. 122).

Tornar públicas as suas reivindicações e demandas eram tão urgentes quanto o próprio movimento de protesto que eles estavam realizando. Dar visibilidade a isso era crucial para angariar apoio social e gerar pressão sobre a Intendência Municipal que não os pagava.

Nesse processo, as lideranças e os jornais operários foram essenciais no processo de divulgação das lutas sociais. Os primeiros assumiram um papel árduo de tomar a iniciativa de reunir os trabalhadores, de conversar sobre as suas situações sociais, de elaborar e propalar (entre os trabalhadores e para a sociedade em geral) análises de crítica social e ações de intervenção na sociedade local, de fundar associações, de editar ou colaborar nos jornais operários, dentre outros afazeres.

Liderança é uma tipologia criada por Batalha para diferenciar, em diferentes graus, os militantes⁶. Neste caso, são assim denominados pelo fato de não se restringirem apenas as suas categorias profissionais, atingindo os operários em seu conjunto, mas também por atuarem de forma substancial na produção, sustentação e circulação de uma imprensa, através da qual procuravam difundir suas interpretações sociais e seus projetos de participação política (BATALHA, 1997, p. 93).

Já a imprensa operária (ou os jornais ou impressos operários) foi um relevante instrumento de conscientização, mobilização/organização e luta dos trabalhadores do Amazonas (e do Brasil como um todo). Isso porque ela se constituiu como um notável meio de comunicação pelo qual as lideranças e demais trabalhadores apregoavam suas necessidades mais urgentes em termos de condições de vida e trabalho. Ela assentiu circular ideias, projetos e lutas sociais pelos mais diferentes locais regionais, nacionais e internacionais, buscando apoio na opinião pública em prol das causas operárias. Ela se articulava em torno das associações, partidos e movimentos operários.

À vista disso, a imprensa operária é assim denominada justamente em função da sua ligação social, do seu conteúdo e do seu público-alvo. Isso são pontos que tornam o conceito desta imprensa amplo, abarcando, como aponta Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 13-14), as associações, os partidos, os movimentos, o próprio operário e demais grupos – advogados, professores, poetas, etc. – que, embora não pertencessem à classe operária, defendiam

⁶ Para Batalha, a militância operária nunca foi homogênea, pois estaria dividida em uma série de correntes políticas e sindicais, além de assumir diferentes comprometimentos. Evidenciando essa heterogeneidade, e ciente de que as tipologias podem criar mais problemas que soluções, o autor distinguiu três tipos de militantes. Além das lideranças, os quadros intermediários (grupo maior que participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, porém pouco escreve sobre suas práticas e muito menos produz teorias) e os militantes de base (os mais numerosos, os que exercem uma militância eventual, em especial em momentos de ascensão dos movimentos). Ver: (BATALHA, 1997, p. 93).

algumas de suas causas. O jornal *A Lucta Social*, que utilizamos aqui como fonte histórica, é um exemplo emblemático de uma imprensa operária.

Já as greves apresentaram-se como uma ferramenta para atingir alguns objetivos traçados no processo de luta social. Ela foi utilizada pelas categorias de trabalhadores mencionadas neste texto e, até mesmo, analisada na imprensa operária local. Neste último caso, Tércio Miranda escreveu um artigo publicado no jornal *A Lucta Social* em que avaliou de forma danosa a greve dos gráficos do jornal *O Amazonas* em função de seus resultados negativos. Para ele faltou todo um processo de reconhecimento social da causa, adesão da classe dos gráficos em geral e de um amplo apoio da sociedade. Em suma, para Miranda não houve a compreensão necessária da situação social, o que acabou levando a ação grevista para resultados contraproducentes. Vejamos o que ele assinalou:

O principal prejuízo foi devido á falta de compreênsão de deveres dos nossos camaradas: foi só pela má interpretação da solidariedade. Mas como praticar o contrario se apenas uma pequena parte da classe compreende o seu papel e se ainda entre estes encontramos alguns incapazes dum sacrifício e embuidos duma pussilanimidade atroz?

Todos se devem lembrar, pois não é muito o tempo passado, que desde a fundação do “Sindicato dos Trabalhadores Graficos”, quando eu me fazia ouvir, mostrava a necessidade de uma ação consciente, para a imancipação, mas nunca me esquecia de dizer, que o nosso primeiro trabalho, devia ser o levantamento moral da classe.

Precisava-mos da adesão de toda a classe, que não é grande afinal, para estreitarmos indestrutivelmente, os laços da solidariedade, indispensável á nossa vitória. Mais que uma vez, como secretario geral do Sindicato, eu fiz sentir que a nossa agrupação, não podia assumir a responsabilidade de qualquer movimento, por se sentir ainda sem forças. O resultado seria negativo, e os nossos adversários, – adversários sim; porque os temos e muitos, e infelizmente na classe – teriam ensejo para apontar a nossa invalidade. Porém, fazia sentir, que se o pessoal de alguma casa tipográfica, tivesse necessidade de abandonar o trabalho, por qualquer motivo, o Sindicato prestaria o seu apoio. O Sindicato por sua vez, resolvia que só ás respétivas corporações competia iniciar qualquer movimento. E é depois disto que se declara a gréve no *Amazonas* (*A Lucta Social*, Manaus, 1º nov. 1914, p. 1).

Ou seja, embora a greve tenha sido pensada como um instrumento de luta para atingir determinados objetivos específicos, nem sempre isso se sucedia, e, no caso dos gráficos do jornal *O Amazonas*, foi um desastre total. De todo modo, a greve, como forma de luta social, de paralisação do trabalho com vistas a pressionar e forçar o patronato a aceitar as reivindicações solicitadas, foi empregada.

Considerações finais

No decorrer dos anos iniciais da Primeira República no Amazonas, o movimento organizado dos trabalhadores e suas reivindicações e lutas em Manaus nos informam que o mundo do trabalho local esteve longe da prosperidade e riqueza tão propalada quando se pensa e se fala no período da “Belle Époque”.

Podendo ser retratado como “Des Temps Troublés”, o universo do trabalho urbano amazonense foi sacudido por greves que desde finais do século XIX se fizeram presentes na região (PINHEIRO, PINHEIRO, 2017).

O ano de 1914 e o que tratamos neste texto é apenas um recorte dessa realidade vivida e experimentada pelos trabalhadores do Amazonas. Lideranças, como Tércio Miranda e Manoel Arnaldo, movimentando-se entre as categorias profissionais para organizá-las para a luta, envolvendo-se na feitura e condução de uma imprensa operária tida como a “voz dos trabalhadores”, com a finalidade de inserir no debate público as demandas operárias. Greves sendo desencadeadas como forma de forçar e/ou pressionar o patronato a atender o pleito dos trabalhadores, enfim, um conjunto de experiências de movimento e luta social por melhores condições de vida e trabalho.

Essas experiências constituem-se num importante instrumento de memória e identidade para o movimento organizado dos trabalhadores de hoje.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Moisés Dias de. **O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)**. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2018).

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 8, p. 91-99, dez./1997.

CASTELLUCCI, Aldrin. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. **Revista Brasileira de História**. Vol. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: cotidiano de trabalhadores em Manaus, 1915-1925**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2000.

_____. Quando viver ameaça a ordem urbana. IN: FENELON, Dea Ribeiro (Org.). **Cidades: pesquisa em História**. Vol. 1. São Paulo: Olho D'água, 2000.

DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 1999.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em Porto Alegre (1917-1919). Tese de Doutorado, PPGHIST/UFRGS, Porto Alegre, 2012.

SARGES, Maria de Nazaré, NASCIMENTO, Wilson Brito. “O Pará e Amazonas são irmãos”: A Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira. **CEPESE**, Porto, p. 273-286, 2011.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.

Fontes

Código de Posturas do Município de Manaus (1890). **Coleção das Leis, Decretos e Resoluções do Município de Manaus**, Tomo I, Manaus, Typografia do Amazonas, 1898. *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 mar. 1914, p. 2.

A Lucta Social, Manaus, 29 mar. 1914, p. 8.

A União, Manaus, 1º out. 1914, p. 1.

Vida Operária, Manaus, 24 fev. 1920, p. 2.